15:43 35%

ARQUITETURA DO GOLPISMO

Relatos põem Bolsonaro de vez no centro da trama

Criminalistas avaliam que apesar de minuta não ter sido colocada em prática, há chance de responsabilização do ex-presidente pelas consequências do 8 de Janeiro; eles descartam, porém, risco de prisão preventiva

CONSPIRAÇÃO NA RETA FINAL

1/11/2022
Em reunião com Paulo Sérgio Nogueira (Defesa), Anderson Torres (Justiça) e os três comandantes das Forças, **Bolsonaro** teria perguntado ao então AGU, Bruno Bianco, se haveria algo a fazer contra o resultado das eleições. Bianco expôs que eleições transcorreram de forma legal, segundo Baptista Júnior.

6/11/2022
A PF identificou entre os arquivos de Mauro Cid uma minuta compartilhada com o ex-ministro Paulo Sérgio Nogueira (Defesa). O documento, a ser assinado por um representante de partido político, diz que "novos dados sobrevieram pondo em discussão a higidez do pleito entre a manifestação do eleitor e o voto apurado na urna".

8/11/2022
Cid envia um áudio para **Freire Gomes**, relatando que Bolsonaro estava recebendo visitas pessoais "no sentido de propor uma ruptura institucional". Em seu depoimento, Freire Gomes afirmou que indicou que tal proposta não teria respaldo do Exército.

14/11/2022
A partir do dia 14, com a apresentação de estudo do Instituto Voto Legal, Bolsonaro novamente convocou os três comandantes das Forças. Segundo o almirante, o então presidente aparentou ter esperança em reverter o resultado das eleições.

21/11/2022
Valdemar Costa Neto (presidente do PL) diz que foi ao Palácio da Alvorada falar com o presidente sobre a viabilidade de uma verificação extraordinária nas urnas com base no relatório. Em seu depoimento, Valdemar disse que não concordava com a tese de fraudes nas urnas.

29/11/2022
Um documento assinado por "oficiais superiores da ativa" começa a circular entre os integrantes do Exército. No documento, os integrantes cobram uma ação de Freire Gomes. Em seu depoimento, o ex-comandante afirmou que determinou que fosse feita uma apuração para que se identificassem os signatários.

7/12/2022
Bolsonaro convoca o general Freire Gomes para um novo encontro, que conta ainda com Nogueira, outros chefes das Forças e o assessor **Filipe Martins**. Nesse dia, foi apresentado um documento em que o presidente decretaria o Estado de Defesa e a criação da Comissão de Regularidade Eleitoral.

9/12/2022
General Estevam Theophilo vai ao Alvorada para uma reunião com Bolsonaro. Em troca de mensagens, no mesmo dia, Cid diz que "eu quer fazer, desde que o PR assine". Questionado sobre o general Freire Gomes, Cid responde que "Difícil ainda". Bolsonaro, ao lado de Braga Netto, faz discurso a apoiadores.

14/12/2022
O ministro **Paulo Sérgio Nogueira** convoca os comandantes das Forças para uma reunião. Segundo Freire Gomes, o ministro da Defesa teria apresentado outra minuta aos comandantes, também com objetivo golpista.

14/12/2022
Em conversa com o Ailton Barros, Braga Netto afirma que a "culpa pelo que está acontecendo e acontecerá é do general Freire Gomes", e, logo em seguida, comanda: **"Oferece a cabeça dele. Cagão."**.

18/12/2022
Auxiliares do presidente Jair Bolsonaro, incluindo Cid, trocam mensagens sobre o itinerário e desdobramentos do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

30/12/2022
Com o fracasso do plano golpista, **Bolsonaro viaja em um avião** da Força Aérea Brasileira para os Estados Unidos, onde permaneceria pelos próximos três meses.

EDITORIA DE ARTE

DIMITRIUS DANTAS E DANIEL GULLINO
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O conteúdo dos depoimentos dos ex-comandantes do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, e da Aeronáutica, brigadeiro Baptista Júnior, colocam definitivamente a digital do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em documentos de cunho golpista, que tinham o objetivo de reverter o resultado das eleições presidenciais. Para criminalistas ouvidos pelo GLOBO, as revelações, de forma isolada, são insuficientes para condenar o ex-mandatário, mas podem levá-lo a uma responsabilização, se forem analisadas dentro de uma conjuntura mais ampla — dos ataques às urnas aos atos golpistas de 8 de janeiro. Mas nada, segundo os especialistas, que justifique uma prisão preventiva.

À Polícia Federal, Freire Gomes afirmou que Bolsonaro apresentou alternativas de utilizar instrumentos jurídicos, como a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), estado de sítio e estado de Defesa para impedir a posse de Lula. Davi Tangerino, professor da Uerj, enfatiza que o fato de Bolsonaro querer usar instrumentos previstos na Constituição não significa que a intenção é legalista:

— Nada impede que o golpe usasse a aparência de legalidade. Na ditadura militar eram os atos institucionais. Hoje teriam outros disfarces. O relevante não é o nome, mas o conteúdo.

Um dos encontros narrados pelo general aconteceu em 7 de dezembro de 2022, quando ele esteve na residência presidencial. Na ocasião, o ex-assessor especial da Presidência Filipe Martins leu trechos de uma minuta golpista que se valia de expressões de uso comum por Bolsonaro, como "jogar dentro das quatro linhas". O próprio ex-presidente informou aos presentes, de acordo com o depoimento, que "o documento estava em estudo e depois reportaria a evolução aos comandantes".

A participação direta de Bolsonaro na elaboração dos conteúdos golpistas é reforçada por uma segunda reunião narrada por Freire Gomes, com a presença dos comandantes das três Forças Armadas. O ex-presidente apresentou na ocasião uma versão do documento com a "Decretação do Estado de Defesa" e a criação de uma "Comissão de Regularidade Eleitoral", que teria o objetivo de "apurar a conformidade e legalidade do processo eleitoral".

Antes dos depoimentos dos ex-chefes militares — que se apresentaram à PF como testemunhas —, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid contou em sua delação que o ex-presidente fizera pedidos de ajustes no texto golpista antes de discuti-lo com comandantes das Forças. Freire Gomes contou que chegou a alertar Bolsonaro que as intenções externadas por ele poderiam "resultar em responsabilização penal"

RELAÇÃO COM 8/1

Apesar de o golpe não ter sido executado, o advogado Conrado Gontijo, professor da PUC-SP, afirma que os depoimentos colocam o ex-presidente "muito próximo de um papel central na cogitação":

— Embora a minuta não tenha sido usada, houve desdobramentos posteriores que são, de alguma forma, fruto dessas cogitações que resultaram no dia 8 de janeiro — afirma Gontijo. — O fato de não ter sido usado o caminho daquela minuta não é algo que define o caso, porque tem que ser analisado de uma perspectiva mais ampla.

A avaliação é reforçada por Luciano Feldens, professor da PUC-RS, que ressalta que o Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu a existência de crimes no 8 de janeiro, e a que a instigação seria um complemento:

— Sem me comprometer com a afirmação de que Bolsonaro tenha cometido crime, seria possível chegar a essa conclusão caso comprovado que ele tenha instigado ou auxiliado a prática dos crimes do 8 de janeiro, cuja ocorrência já foi reconhecida pelo Supremo. Quem instiga ou auxilia o crime, está sujeito às mesmas penas de quem o executa. É o caso, por exemplo, de quem encomenda um homicídio.

O plano não ter sido concretizado, reforçam os analistas, não é suficiente para eximir responsabilidades. Ele concluem, contudo, que não há fatos que justifiquem uma eventual prisão preventiva de Bolsonaro, já que os eventos investigados ocorreram há mais de um ano.

— A prisão preventiva pressupõe a prática de atos atuais, risco ao desenvolvimento do processo, de produção das provas. Não consigo enxergar, só com isso, elementos que justificassem a decretação de uma prisão provisória — afirma Gontijo.

— Preventiva requer fatos contemporâneos, sejam criminosos, sejam de impedir ou dificultar a investigação. Até agora, não vimos nada contemporâneo — diz Tangerino

Apontado como 'suporte jurídico' da ruptura, Torres quer acareação

Ex-ministro nega participação em encontros e defende novo depoimento

PAOLLA SERRA
paolla.serra@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Após a divulgação dos depoimentos dos comandantes das Forças Armadas, Anderson Torres, ex-ministro da Justiça do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), vai solicitar à Polícia Federal que seja ouvido novamente ou até que seja realizada uma acareação com os oficiais. Tanto o então comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, quanto o então comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, apontaram a presença de Torres em pelo menos uma reunião com teor golpista.

SUPORTE AO EX-PRESIDENTE

Freire Gomes contou que o ex-ministro atuava "explanando o suporte jurídico para as medidas que poderiam ser adotadas". Em janeiro do ano passado, foi apreendida na casa de Torres uma minuta de um decreto golpista que tinha o objetivo de instaurar estado de defesa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e mudar o resultado das eleições presidenciais realizadas em 2022.

Já Baptista Júnior relatou que Torres chegou a participar de uma reunião em que os comandantes das Forças, e que na ocasião ele buscou "pontuar aspectos jurídicos que dariam suporte às medidas de exceção (GLO e Estado de Defesa)". Segundo o militar, o ex-ministro tinha como papel assessorar o ex-presidente durante a reunião "em relação às medidas jurídicas que o poder Executivo poderia adotar no cenário discutido".

CRISTIANO MARIZ / 27-06-2022

Reação. Anderson Torres em Brasília: ex-ministro quer falar novamente à PF

Após o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar ontem o sigilo dos depoimentos prestados, a defesa de Torres reiterou que o ex-ministro não esteve nas reuniões em que foram discutidas "medidas antidemocráticas".

A defesa de Filipe Martins, ex-assessor de Assuntos Internacionais da Presidência, afirmou em nota que ele não atuou de "qualquer outra maneira para a consecução de um golpe de Estado ou realização de prisões ilegais, muito menos integrava núcleo jurídico de qualquer organização criminosa que tivesse por objetivo subverter ilegitimamente o resultado eleitoral". O GLOBO procurou outros integrantes do governo Bolsonaro citados nos depoimentos, mas não houve resposta.